

**AJES – FACULDADE DO VALE DO JURUENA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALINE DE JESUS SANTIAGO**

**ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS- EJA**

**Juína-MT  
2018**

**AJES – FACULDADE DO VALE DO JURUENA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALINE DE JESUS SANTIAGO**

**ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS- EJA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da AJES - Faculdade do Vale do Juruena, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Professor Esp. Genivaldo Alves Da Silva.

**Juína-MT  
2018**

**AJES – FACULDADE DO VALE DO JURUENA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Linha da Pesquisa:**

SANTIAGO, Aline De Jesus. **ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- EJA** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018

**Data de defesa 10/12/2018**

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Esp. Genivaldo Alves Da Silva**

---

**Membro Titular: Prof. Me. Marina Silveira Lopes**

---

**Membro Titular: Prof. Esp. Tatiane Ferreira Garcia**

**Local:** Associação Juinense de Ensino Superior  
AJES – Faculdade do Vale do Juruena  
**AJES – Unidade Sede, Juína-MT**

## DECLARAÇÃO DE AUTOR

*Eu, Aline De Jesus Santiago, portador da Cédula de Identidade – RG nº 2671158-3 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 052.904.371-85, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **Estudo sobre a contribuição do pedagogo na educação de jovens e adultos-EJA**, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor. Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.*

Juína, 03/12/2018

---

Aline De Jesus Santiago

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus por ter guiado meus passos até aqui e por ter me dado forças, saúde e sabedoria para superar todas as batalhas encontradas ao longo desta trajetória. Ao meu filho Anthony Miguel, que ao longo deste trabalho que sempre motivou e me fez pensar o quanto eu ainda preciso lutar por ele. A minha mãe Julinda Rosa de Jesus que me auxiliou cuidando do meu filho para que este trabalho pudesse ser desenvolvido, ao meu Pai José Ferreira, meus irmãos: Andréia, Carla, Carina, Joice e Paulo obrigada pelos incentivos para não me deixar desistir. Ao meu Orientador Genivaldo Alves, agradeço por todos os ensinamentos e contribuições para que conseguisse terminar este trabalho. Por fim dedico também as minhas amigas da graduação Fernanda e Priscila.

## RESUMO

O pedagogo é um profissional habilitado para o trabalho em ambientes escolares e não escolares. Atuando na educação de Jovens e Adultos (EJA), este profissional pode encontrar desafios ao longo do processo da escolaridade dos alunos desta modalidade. Uma boa parte destes estudantes são trabalhadores e que por diferentes motivos não concluíram o estudo em idade escolar. Diante disto, este trabalho teve como objetivo geral compreender o papel do profissional de pedagogia na modalidade de Jovens e Adultos, relatando quais são as contribuições deste mesmo para o processo de educação dos alunos, analisando também nas literaturas o perfil do educando desta modalidade de ensino. Este trabalho poderá ser fonte de estudos para outras pessoas estarem utilizando como fonte de pesquisa e conhecimentos sobre o pedagogo na educação de Jovens e Adultos. A metodologia utilizada foi pesquisa de caráter qualitativo para o levantamento de informações em bibliografias, artigos, sites e também em livros impressos. Desta forma, analisamos que a instituição de ensino se diversifica pelo fato de ser flexível com a carga horária em que os alunos podem estar concluindo através do ensino em sala de aula e por meio também dos exames supletivos. Notamos que o pedagogo precisa ser o mediador da construção da criticidade do aluno e participação na sociedade, por fim este profissional pode ser uma excelente ferramenta que pode transformar diversas realidades vivenciadas pelos alunos da educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos (EJA); Pedagogo; Alunos.

## **ABSTRACT**

The pedagogue is a professional qualified for work in school and non-school environments. Acting in the education of young people and adults (EJA), this professional can find challenges throughout the schooling process of students of this modality. A good part of these students are workers and for different reasons did not complete the school-age study. In view of this, this work had as general objective to understand the role of the professional of pedagogy in the modality of Young and Adult, reporting what the contributions of this same to the process of education of the students, analyzing also in the literature the profile of the student of this modality of teaching . This work may be the source of studies for other people to be used as a source of research and knowledge about the pedagogue in the education of young people and adults. The methodology used was qualitative research for the collection of information in bibliographies, articles, websites and also in printed books. In this way, we analyze that the educational institution is diversified by the fact that it is flexible with the workload in which students can be concluded through classroom teaching and also through the supplementary exams. We note that the pedagogue must be the mediator of the construction of the student's criticality and participation in society, finally this professional can be an excellent tool that can transform several realities experienced by students of youth and adult education.

**Key words:** Youth and Adult Education (EJA); pedagogue; students.

## LISTA DE SIGLAS

CBE	Câmara de educação básica
CFE	Conselho federal de educação
CNE	Conselho nacional de educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de jovens e adultos
INEP	Instituto nacional de estudos e pesquisas pedagógicas
MEC	Ministério da educação e cultura
LDB	Lei de diretrizes e bases nacional da educação
MOBRAL	Movimento brasileiro de educação
PNAC	Programa Nacional de alfabetização e cidadania
PNE	Plano nacional da educação
SEA	Sistema de educação de jovens e adultos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL .....</b>	<b>12</b>
<b>2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>19</b>
<b>3 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 HISTÓRIA DA PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO BRASIL</b>	<b>26</b>
<b>3.2 ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NO EJA E O PERFIL DESTE EDUCANDO....</b>	<b>31</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a formação do pedagogo não ocorre somente em ambientes formais de ensino, mas também ocorre em espaços não formais de ensino. Deste modo, este profissional faz menção de trabalhos em ONGs, empresas, hospitais entre outros. Para que isso acontecesse, houve a participação dos próprios pedagogos em lutar e reivindicar por melhorias tanto na formação profissional e na estrutura curricular dos cursos de pedagogia.

No decorrer deste trabalho será abordado o papel do pedagogo na educação de jovens e adultos (EJA). A atuação deste profissional é arraigada por desafios em construir a aprendizagem daqueles que não concluíram o ensino em idade escolar. Desta maneira, os métodos e conteúdos por este profissional utilizados em outras modalidades de ensino são diversificados.

Sendo assim, direciona-se para três problemas de pesquisa que será respondida ao longo deste trabalho: qual a realidade da educação de jovens e adultos na sociedade brasileira sendo que a mesma já se faz mais de um século de consolidação? Quais as dificuldades encontradas pelo pedagogo nesta modalidade de ensino? E por último qual a importância do pedagogo na EJA?

No entanto buscamos abordar como objetivo principal, compreender o papel do profissional da pedagogia na formação do educando da educação de jovens e adultos, em seguida são destacados os objetivos específicos que são, contextualizar o processo histórico da modalidade da EJA no Brasil. Também procuramos investigar o papel do pedagogo nesta modalidade de ensino. Finalizando com as análises nas literaturas sobre o perfil do aluno deste ensino.

Esta pesquisa justifica-se com a importância do pedagogo na modalidade EJA, visando demonstrar como é realizado o trabalho com os alunos e perfil dos mesmos. O papel deste profissional vem para contribuir na formação deste aluno para a criticidade e a participação na sociedade, buscando formar o indivíduo para o exercício da cidadania. Desta maneira, a EJA também é importante como ferramenta para combater a exclusão. Este trabalho pode contribuir para suscitar reflexões, na busca pelo entendimento em relação ao papel desta modalidade de ensino em nossa sociedade.

Este trabalho poderá servir como fonte para que outras pessoas desfrutar das informações presentes e poder conhecer sobre o papel do pedagogo na educação de jovens e

adultos. Para a elaboração deste trabalho ocorreu um levantamento bibliográfico através de fontes como sites, livros impressos e digitalizados e artigos.

Pode ser dividido este trabalho da seguinte forma, no primeiro capítulo abordou-se a introdução, que descreveu a forma como este labor foi elaborado, redigindo os objetivos, metodologia, justificativa entre outros. No segundo tópico abordou a história da educação de jovens e adultos no Brasil, destacando pontos como a chegada dos jesuítas neste país, período republicano e a década de 1930 para o crescimento de políticas e preocupação para este ensino e os demais marcos.

O terceiro tópico apresenta as políticas educacionais na educação de jovens e adultos, demonstrando o avanço com esta educação e a preocupação por parte dos governantes e da sociedade em desenvolvê-la. O último tópico dividiu-se em mais três sub tópicos que abordou a formação de professores no Brasil com os avanços na instrução destes profissionais, garantidos sobre a constituição e a LDB a instrução para que estes desenvolvam o ensino de qualidade aos alunos. Em seguida, foi descrito a história da pedagogia e a formação do pedagogo, sendo apresentados os campos em que este profissional pode estar exercendo suas funções e os avanços significativos em relação a sua formação.

Por último abordou-se o pedagogo no EJA, descrevendo como este profissional pode contribuir para a formação do aluno desta modalidade de ensino, e o perfil deste indivíduo, respeitando o tempo de aprendizagem do mesmo e os conteúdos lançados a este.

## **1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil perpassou por diferentes caminhos históricos no qual resultou-se no ensino que é adotado nos dias atuais. Os primeiros vestígios da educação neste país podem ser notados com o processo de colonização dos portugueses e com a chegada dos padres jesuítas, pode-se dizer que estes foram os primeiros professores, porém o ensino no qual ministravam era de carácter religioso, voltava-se então este para a catequização e instrução de adultos.

Conforme relata Bittar (2009) os primeiros educadores no Brasil foram os padres da companhia de Jesus, vieram juntamente com os colonizadores portugueses por volta do ano de 1540, de início eles tentaram alfabetizar os indígenas adultos com o objetivo de catequiza-los, não obtendo sucesso neste projeto, passaram-se então para uma ação educativa das crianças.

Este projeto de educação dos jesuítas não incluiu em sua catequização as mulheres, pobres e os negros, excluindo essa parcela da população ao ensino. Deste modo, ficava a cargo das mulheres os cuidados da casa, filhos e marido. Aos negros, as atividades eram de cuidados da terra e a prática agrícola. Além destas funções, os ensinamentos dos jesuítas visavam espalhar a religião católica, ensinar as normas de comportamentos ao indígenas e negros, e ensinar os ofícios para a criação das colônias. No entanto as instruções destes religiosos não permaneceram muito tempo, até serem expulsos do país por Marquês de Pombal em 1759.

O ministro Sebastião José de Carvalho e Melo possuía títulos de Marquês de pombal e conde de Oeiras, foi secretário de estado do Rei Dom José I. Segundo Seco e Amaral (2012) este ministro tinha por função reformar toda a economia de Portugal, neste período o Brasil era a colônia mais lucrativa por conta da extração de minérios como ouro e diamante, na qual sustentava a supremacia maior de Portugal. Este ministro pensava em transformar a colônia Brasil através das ideais iluministas, no qual procurava dar mais valor à ciência e a lógica do que a religião.

Além destas reformas citadas acima foram adotadas outras reformas como a extinção das capitâncias Hereditárias criadas por Dom João III, no qual foi um sistema em que consistia dividir o território brasileiro em grandes faixas etárias comandadas por donatários que tinham a missão de proteger e administrar este espaço, tendo o direito também de extrair os produtos proveniente das terras na qual ficava a cargo comandar e assegurar. Proibiu a escravidão de indígenas, prioridade ao ensino superior com a criação de novas academias entre outras.

Enquanto buscava-se construir um sistema de ensino público que fosse moderno e popular em toda colônia, com as várias tentativas através das aulas regias e as outras reformas no ensino superior, para Siécola (2016) esclarece que estas reformas foram consideradas um retrocesso para a educação no Brasil, desarticulando uma estrutura educacional já imposta pelos jesuítas.

Podemos destacar então que a educação no Brasil neste período passou a ser comandada então pelo estado, porém os adultos que faziam parte das classes baixas que tinham interesse em frequentar a escola, não tinha o seu espaço na reforma de Pombal. Sendo assim, a educação era um privilégio de poucos. A reforma na educação pública sistematizada por Pombal foram as aulas regias, estas mesmas tinham o carácter de ensino laico, atendia-se também o ensino elementar de letras e humanidades, com as classes de gramática latina, grego e retórica.

O governo de Marquês de Pombal permaneceu por 27 anos funcionando com a tentativa de modernizar a sociedade e desenvolver a economia. Um pouco mais a diante em 1824 no império de Dom Pedro I, logo após a independência do Brasil, ocorreu um processo amplo e conturbado para construção da primeira constituição, um ano antes em 1823 pensava-se e discutia as leis na qual foram vigentes deste documento.

De acordo com Conzatti e Davoglio (2015) com surgimento da constituição de 1824, a finalidade desta era garantia de uma educação básica que atingisse a todos, porém isto não foi posto em prática, sendo que neste período de império somente uma parte da sociedade tinha instrução a uma educação, restringindo novamente para os mais pobres. Ainda neste período, ficava dividindo a responsabilidade da educação dos excluídos entre o governo imperial e as províncias. Ressalta-se também que a qualidade e a garantia de uma educação para os jovens e adultos não foram firmadas.

Nota-se também que a criação desta primeira constituição não contemplava uma educação que fosse de direito de todos, somente aqueles que possuíam cidadania, no entanto o conceito desta palavra ligava-se ao fato de pertencer a elite econômica, ou seja, excluía-se então parte da sociedade como indígenas, pobres, negros e uma parcela de mulheres. Ainda sobre esta constituição, também destaca que a educação de jovens e adultos neste período foi tratada neste documento de forma explícita não sendo imposta a esta parcela que possuía restrição na sociedade.

Em 1891 foi estabelecido a segunda constituição logo após a proclamação da república em 1889, ocorreu no governo provisório de Marechal Deodoro Da Fonseca que estabeleceu a

votação para aprovação e promulgação desta carta magna. Diante disso, pode-se determinar como características destas sendo a divisão dos três poderes em: executivo, legislativo e judiciário, separação entre a igreja e o estado, direito de voto para as pessoas alfabetizadas, garantia do ensino primário obrigatório, laico e gratuito entre outras.

Neste período republicano quanto a educação ainda não era um direito de todos sendo que, muitos por mais que tiveram sua liberdade enquanto escravos, não poderiam ter acesso à educação somente a elite econômica poderia estudar e ter a garantia do ensino primário. Quanto a isso destaca Santana e Santos (2015) neste período o cenário educacional brasileiro não obteve muitas modificações, este modelo de educação privilegiou somente a classe dominante.

Ainda que neste intervalo de tempo o Brasil passou diferentes transformações estruturais na política, a educação não foi uma das opções que tiveram avanço, mesmo que esta segunda constituição determinava o ensino primário obrigatório e gratuito, muitos não tiveram a oportunidade de frequentar as escolas, sendo que estes excluídos são a camada dos mais pobres neste período.

No início da década de 1920, realizaram um censo no qual apontou que 72% da população do Brasil acima de 5 anos era analfabeta. De certo modo, neste período não havia a preocupação dos políticos quanto ao EJA, ficando a cargo do governo as instruções primárias. Relata Silva (2012) a intenção neste período era de reverter os altos índices de analfabetismo da população, ou seja, que todos aqueles analfabetos fossem alfabetizados, deste modo procuram melhorar a qualidade do ensino e ampliar mais escolas para que pudessem alfabetizar mais crianças, foi então que surgiram os primeiros movimentos populares como a escola nova, tendo como um dos idealizados e mais popular foi Anísio Teixeira<sup>1</sup>.

Em 1930, o cenário da educação de jovens e adultos no Brasil passou por série de mudanças vinculadas ao processo de industrialização e a ocupação nos centros urbanos. Muitos manifestos para melhorias em vários setores da sociedade ocorreram, inclusive na educação. As movimentações populares por uma educação para todos fizeram com que o governo da

---

<sup>1</sup> Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira (1900-1971) foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação, Anísio não se preocupava em defender apenas suas idéias. Muitas delas eram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno ao fazer um curso de pós-graduação nos Estados Unidos. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1375/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola-publica-no-brasil>. Acesso em: 15 de Set de 2018

época reformulasse a constituição de 1934, onde previa-se nela uma nova concepção para o ensino, incluindo o público de jovens e adultos.

Neste período, a EJA adotou características como as aulas noturnas de carácter técnico, ou seja, a mão de obra para a efervescente indústria na qual a demanda era pessoas aptas para exercer diferentes funções em vários ramos da sociedade. Segundo Silva (2012) este período é marcado pela oferta de uma educação básica para todos aqueles em que viviam excluído desde o período colonial até a década citada a cima.

Durante a década de 40, também houve a ideia de criação do Plano Nacional de Educação (PNE), vinculada ao princípio norteador da constituição de 1934 e o Instituto nacional de estudos pedagógicos- INEP criado dois anos antes em 1938. A partir destas transformações ocorrendo no país, os sistemas de ensino básico gratuito de certo modo se estenderam significativamente. Somente no final da década de 1940, que o EJA começa a ser tema de políticas educacionais, inclusive na educação de jovens e adultos.

Em 1947 foi criado o Sistema de Educação de Jovens e Adultos (SEA), amparado pelo Ministério da Educação e Saúde, este mesmo tinha por objetivo coordenar os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para os adultos e adolescentes analfabetos. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) diversas atividades foram realizadas para a o desenvolvimento voltada para este órgão, relacionando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, incentivando a opinião pública, tantos os governos estaduais e municipais.

No início dos anos de 1960, iniciou-se uma profunda mobilização por parte da sociedade civil em ao redor das reformas de base, isso manifestou-se na educação de jovens e adultos. Uma nova forma de ver o problema do analfabetismo foi surgindo, juntamente com o olhar pedagógico de Paulo Freire, uma das principais referências neste período.

Durante o Governo Militar em 1964, foram realizadas diversas manifestações por diferentes grupos, entre eles dos jovens que lutavam por seus direitos de liberdade de expressão e pensamento. Alavancados a essa ditadura foram criados programas de alfabetização de jovens e adultos como as cruzadas, esta mesma tinha o intuito de erradicar o analfabetismo visto então na época como uma doença. Segundo Scocuglia (2015) este programa originou-se após a II guerra mundial, foi oficializado como um movimento de jovens e adultos, com o objetivo de alfabetizar adultos. Foi coordenado pelo Departamento de Extensão Cultura do Colégio Evangélico Agnes Erskine e pelo governo estadual de Recife.

Dois anos após a criação do programa de alfabetização-EJA, começa a ser introduzido no cenário educacional a contribuição de Paulo Freire com esta modalidade de ensino no II congresso nacional de educação de jovens e adultos. Conforme relata Gadotti (2011) no ano de 1958 foi realizado do 2º congresso nacional de educação de jovens e adultos, que teve a participação de Freire, partiu-se daí a ideia de um programa permanente de embate do problema de alfabetização de adultos, dirigido por este educador e extinto pela ditadura militar em 1964, logo após um ano de seu funcionamento.

A proposta de Paulo Freire para o EJA tem marcos até os dias atuais sobre a educação popular e alfabetização. Diante desta, Freire buscava em seu ensinamento, que a pobreza não era a causa do analfabetismo, mas sim as desigualdades sociais existentes na sociedade. Para Freire 2007 “a alfabetização assim se reduz ao ato mecânico de “depositar” palavras, sílabas e letras nos alfabetizados. Este depósito é suficiente para que os alfabetizados comecem a afirmar-se, uma vez que, em tal visão, se empresta a palavra num sentido mágico”.

A educação em que Paulo Freire defendia estava ligada a uma pedagogia de libertação, ou seja, compreender a realidade na qual estas pessoas estavam inseridas, conscientizando as mesmas do poder no qual estavam sendo dominadas, e a partir daí leva-los a criticidade e a superação dos problemas sociais vivenciados.

Em 1964 houve-se então o surgimento do Movimento de Educação de Base (Mobral) este programa permaneceu em funcionamento até 1969 e tinha o apoio da igreja e o governo militar. Teve um único objetivo neste período no qual foi controlar a população principalmente a rural pelo fato de haver diversos manifestos contrários. A respeito do Mobral Di Pierro; Joia; Ribeiro (2001) cita que um foi um programa de proporções nacionais, voltado para a oferta da alfabetização das amplas partes dos adultos analfabetos dos diferentes cantos do país. O governo federal lançou uma porção significativa de recursos para a montagem de uma organização de própria em relação as secretarias estaduais e ao próprio ministério da educação.

No ano de 1988 é criada a fundação educar que buscava como meta a democracia. Esta fundação vinculava-se ao ministério da educação na execução dos programas, diferenciava do Mobral pelo fato de ter o apoio técnico e financeiro nos diferentes níveis de governo, organizações não governamentais e também por empresas. Sendo assim, Junior (2014) descreve a fundação educar como aquele em que tinha sua ação voltada pela descentralização da administração, planejamento e execução dos trabalhos educativos, determinados conforme as

avaliações de necessidades formuladas unida aos órgãos locais responsáveis pelos programas de educação.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 5.692/71 a educação brasileira passa a ter uma nova concepção na qual o ensino básico passa de 4 para 8 anos constituído então o antigo primeiro grau, conseqüentemente o ensino supletivo entra em vigor, nesta diretriz a educação de jovens que é contemplada por um capítulo específico. No decorrer deste capítulo IV, no artigo 24, sobre a educação de jovens e adultos, o ensino supletivo tem por finalidade nesta lei na qual prevê que:

- I- Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- II- Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Este ensino supletivo permaneceu em vigência até a nova LDB 9394/96, muitos que participaram tiveram sua certificação através dos cursos supletivos. Destaca-se também como características, o modo no qual era conduzido, ou seja, os cidadãos pertencentes a esta educação não tinha compromisso com matrícula, sendo que não precisavam diariamente as salas de aula. O curso era ofertado a distância, com a aulas de telepostos que combinam a reprodução de um programa de vídeo e a utilização de materiais didáticos impressos.

No governo do Collor, as políticas neoliberais<sup>2</sup> de reforma do estado provocaram modificações na qual atingiu a educação de jovens e adultos, novamente esta foi deixada de lado. Neste período, foi ofertada somente a educação fundamental das crianças, ou seja, os jovens e adultos a serem alfabetizados passam ser como uma das poucas preocupações. Segundo Machado (1997) caracteriza que nesta época o governo lançou o Programa Nacional de Alfabetização e cidadania (PNAC) com o objetivo de alfabetizar pelo menos 70% da população brasileira, porem esta proposta não teve respostas positivas pelo fato de não

---

<sup>2</sup> O Brasil também foi afetado pelo Neoliberalismo, sendo que a política econômica neoliberal teve início no país durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo efetivada com Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Certamente que no Brasil as ideias neoliberais foram influenciadas pelas mudanças vividas por países como os Estados Unidos, e no contexto em questão, várias empresas brasileiras foram privatizadas, deixando de serem gerenciadas pelo Estado. No entanto, a venda destas empresas e a abertura ao capital estrangeiro trouxeram vários problemas para o Brasil. Na ocasião, foram registrados altíssimos índices de desemprego no Brasil, bem como a falência de empresas nacionais diante do capital estrangeiro, já que as empresas estrangeiras vinham com um aporte maior de condições de investimento.

favorecer diretamente a população analfabeta, tendo então como resultado o Impeachment deste presidente, pelas acusações de corrupção.

Conforme Gadotti e Romão (2011) em 1990 foram desenvolvidos no país a Comissão Nacional de Alfabetização (CNA), de primeira instancia esta foi coordenada por Paulo Freire, logo em seguida por Eustáquio Romão. Esta comissão teve por objetivo elaborar leis e políticas de alfabetização para jovens e adultos. Percebe-se que o EJA passou por diferentes mudanças ao longo da história da educação e por muitas vezes não recebeu a devida atenção, na qual a única preocupação era erradicar o analfabetismo, deixando de lado os valores e saberes dos alunos.

## **2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos, destina-se para aquelas pessoas que por motivos diferentes não concluíram ou afastaram-se dos estudos em idade escolar. Uma boa parte destes estudantes são trabalhadores, que possuem cargas horárias extensivas de trabalho, sendo assim requer-se uma metodologia de ensino diferenciada e de acordo com o tempo de aprendizagem deste público.

A Constituição de 1988 desdobrou políticas que contemplassem o EJA, esta mesma estende o direito de uma educação para todos os cidadãos de diferentes faixas etária, deste modo o estado oferece a oportunidade de ensino para todos aqueles que independentemente da idade possa ter acesso à educação. Conforme o artigo 208 da constituição federal de 1988: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos aqueles não tiveram acesso na idade própria, VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Nota-se que a constituição federal de 1988, descreve que a educação básica é um dever do estado e direito de toda a população que não concluiu o ensino em idade escolar. Deste modo a LDB vem para preencher estas lacunas existentes, fazendo parcerias com o poder público para colocar em pratica a legislação.

A declaração de Jontien realizada na Tailândia no ano de 1990, define pontos sobre a educação básica, incluindo na mesma a preocupação com a alfabetização dos jovens e adultos de todo mundo. Esta conferência organizada pela UNESCO com o objetivo de alcançar uma educação para todos, sendo então de ordem mundial. Segundo esta declaração de Jontien (1990) na aprendizagem de jovens e adultos existem diferentes necessidades a ser superada e devem ser atendidas mediante a uma variedade de sistemas. Para que isto possa acontecer programas de alfabetização são imprescindíveis sendo que saber ler e escrever constitui-se de uma capacidade necessária em sim mesma, constituindo de outras habilidades vitais.

Com a regulamentação da LDB de 5.692/71 para a de 9.394/96, esta mesma fundamenta que toda e qualquer pessoa humana necessita de ter um pleno desenvolvimento, inovando através dos projetos educacionais, na qual tenha a participação política da sociedade em modificar, sendo assim quanto ao EJA, esta legislação determina dois artigos específicos para a mesma.

A LDB Lei 9.394/96, busca amparar o EJA no Brasil, a ponto de torna-la como uma política de estado que abrange a todos aqueles que, por diferentes motivos não concluíram o ensino em idade escolar. Deste modo esta mesma, procurar também diminuir os índices de analfabetismo no país. Esta legislação possui dois artigos sendo o 37 e 38, que descreve especificamente a educação de jovens e adultos. No artigo 37, demonstra a quem poderá ser destinada:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.  
§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames  
§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996).

No artigo 38 da LDB, toma-se como documento de texto, a questão da idade do aluno para a realização do exame supletivo:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.  
§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:  
I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.  
§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

As diretrizes curriculares nacionais (DCN) para esta modalidade de ensino, vigentes no Parecer do Conselho nacional de Educação CNE e a Câmara de Educação Básica CBE 11/2000 e a resolução da CNE/CBE da 1/200, pode-se observar quanto aos componentes curriculares do parecer desta educação estabelece que: “A EJA de acordo com a lei nº 9.394/96, passando-se a ser uma modalidade de educação básica nas etapas de ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente”.

Uma das políticas educacionais desenvolvidas para a educação e que engloba o EJA, é o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela lei 10.172. De início o PNE de 2001-2010 preocupou-se com os índices de analfabetismo elevados, buscando estender o ensino a toda massa brasileira que não havia concluído a educação básica. As metas do Plano, contextualiza a melhoria e qualidade do ensino, procurando reverter o perfil de marginalizados, para cidadãos participativos da sociedade. Este plano nacional de educação sobre o EJA, possui 26 pontos nas quais são centralizados nas ações construídas pela união. Destaca-se os 5 primeiros objetivos e metas do PNE:

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.
3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.
4. Estabelecer programa nacional, para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.
5. Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior (BRASIL, 2000, p.51).

Este plano buscou firmar compromisso em esfera internacional tendo como exemplo a declaração de Hamburgo, tem por convicção erradicar o analfabetismo destes jovens e adultos, em parceria com a sociedade e o poder público. Esta declaração contempla o EJA e homenageia, ao dizer que Paulo Freire foi um dos educadores mais eminentes do Brasil. Este documento de texto diz que:

“A educação de adultos, pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado a sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar conteúdo que reflita certos fatores, como igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas” (HAMBURGO, 1997, p. 19).

No atual PNE que foi elabora em 2014 e vai se estender até 2024 e tem por convicção as diretrizes, metas e estratégias da educação, entre elas a do EJA. Neste, possui 20 metas nacionais nas quais podemos dar destaque para as metas 9 e 11 para a educação de jovens e adultos. Elas não se diferem das sessões do plano anterior pelo fato de se preocupar em elevar a alfabetização da massa brasileira com 15 anos ou mais até 2015, porém isto não foi possível. Destacamos a meta 11 que procurar extinguir o analfabetismo até o último dia de vigência do plano. Conforme prescrito no PNE de 2024, a meta 9 descreve que:

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência dente PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014).

No ano de 2003, o presidente Lula, por meio do decreto n°4834 de 8 de setembro de 2003, desenvolve o programa Brasil alfabetizado, tendo como objetivo desta política pública neste período, diminuir o analfabetismo no país. Quatro anos depois da criação do decreto da

criação deste decreto, houve a reformulação e organização do mesmo por meio do decreto de nº 6093, tendo como perspectivas a universalização da alfabetização do EJA de 15 anos ou mais.

Conforme o documento das diretrizes e princípios operacionais do processo formativo (2003) o programa Brasil Alfabetizado colocou a alfabetização de jovens e adultos como prioridade na agenda educacional do País. O governo Federal tomou como iniciativa a responsabilidade da política constitucional de conduzir, amparar a coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade. Este programa adotou a concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do estado de garantir a educação como um direito de todos.

Outro documento sobre a educação de jovens e adultos e que é importante é a resolução nº3 de 15 de julho de 2010, onde determina as diretrizes operacionais do EJA como: o tempo de ensino e idade de inserção nos cursos, idade mínima para conseguir a certificação dos exames supletivos e uma educação galgada na educação a distância. Neste documento ressalta também:

Art. 8º O poder público deve inserir a EJA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e ampliar sua ação para além das avaliações que visam identificar desempenhos cognitivos e fluxo escolar, incluindo, também, a avaliação de outros indicadores institucionais das redes públicas e privadas que possibilitam a universalização e a qualidade do processo educativo, tais como parâmetros de infraestrutura, gestão, formação e valorização dos profissionais da educação, financiamento, jornada escolar e organização pedagógica (BRASIL, 2010).

Quanto a resolução do CNE/CBE nº4 de 13 julho de 2010, busca definir as diretrizes curriculares nacionais da educação básica, tendo em seu contexto a qualidade da educação e procura incluir a todos em educação permeada por padrões de excelência, conforme a Resolução do CNE/CBE nº 4/2010:

Art. 8º A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo (BRASIL, 2010).

Ressalta-se o EJA e as políticas públicas são recentes na história da educação brasileira, permeadas em algumas ações do século XX que fizeram com que a mesma se estabelecesse no que é hoje. Pode-se perceber que a educação caminha devagar por conta da falta de recursos financeiros e da valorização por parte dos políticos.

### 3 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

As primeiras iniciativas para a formação de professores ocorreram em meados de 1827 com o dispositivo da lei das escolas de primeiras letras, que determinava que os professores se instruissem ao ensino mutuo. Saviani (2009) descreve que o ensino, nas escolas deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a lei na qual determina como os educadores vão se formar e esta formação será custeada com as próprias finanças, nas respectivas províncias. Este período de instrução permaneceu até 1890 quando foi substituído pela reforma paulista<sup>3</sup>.

Em 1890 a formação destes profissionais deu-se por conta da reforma do ensino normal por meio do decreto de 27 de março de 1890. O primeiro estado a adotar esta reforma foi São Paulo, a metodologia adotada nesta reforma supervisionava que os professores se utilizasse de métodos de ensino, dando ênfase na prática. Sobre esta reforma Oliveira; Marques; Castro (2015) outros estados adotaram a este modo de instrução em que enviam seus professores para São Paulo para aprender e observar, dava-se também a formação pelas visitas dos professores paulistas já formados para o ensino das práticas. Foi somente em 1920, que a educação brasileira começou a se organizar como modelo de escola normal, tendo os seus trabalhos até 1932, sendo substituído pela escola nova.

No ano de 1932, a formação de professores passou por uma nova compostagem, sendo influenciada pela Escola Nova de Anísio Teixeira. Neste período, a formação destes profissionais funcionava, Descreve Tanuri (2000):

O movimento da Escola Nova continuava a centrar-se na revisão dos padrões tradicionais de ensino: não mais programas rígidos, mas flexíveis, adaptados ao desenvolvimento e à individualidade das crianças; inversão dos papéis do professor e do aluno, ou seja, educação como resultado das experiências e atividades deste, sob o acompanhamento do professor; ensino ativo em oposição a um criticado “verbalismo” da escola tradicional (TANURI, 2000, p.72).

Ainda neste período da escola nova, Anísio Teixeira no Distrito Federal realiza a reforma pelo decreto de nº 3.810 de 19 de março de 1932. A proposta desta reforma tinha como objetivo a grade curricular da formação de professores com disciplinas específicas para a área da educação. Organizava da seguinte maneira o currículo de formação destes profissionais, segundo Tanuri (2000):

---

<sup>3</sup> A reforma do ensino paulista de 1920, a qual explicitou o dilema político que atravessaria todo o século XX entre expansão e qualidade nos sistemas educacionais. Sua importância histórica tem sido registrada devido a seu pioneirismo na tentativa de inovar métodos de ensino e de racionalizar procedimentos administrativos. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27896/29668>>.

O curso regular de formação do professor primário era feito em dois anos, comportando as seguintes disciplinas: 1º ano: biologia educacional, psicologia educacional, sociologia educacional, história da educação, música, desenho e educação física, recreação e jogos; 2º ano: introdução ao ensino – princípios e técnicas, matérias de ensino (cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais, ciências naturais) e prática de ensino (observação, experimentação e participação (TANURI, 2000, p. 73).

Caracteriza-se também o período de 1932 com a criação dos institutos de educação do distrito federal e São Paulo que dois anos mais tarde fizeram junção com a universidade de São Paulo criada em 1934 e a universidade do Distrito Federal em 1935, sendo a base para organização dos cursos de formação de professores para as escolas de ensino fundamental. Em 1939 é determinado o decreto nº 1.190/39 da organização definitiva da faculdade Nacional de filosofia, em que possui os respectivos cursos de licenciatura e pedagogia.

A preocupação com a formação de professores nesta época é determinada pelo fato da crescente mão de obra qualificada para o mercado de trabalho no país, quanto a instrução destes profissionais, determinava-se da seguinte forma a organização curricular 3+1 onde prescreve-se 3 anos de estudo com disciplinas para o trabalho com currículos das escolas secundárias, e um ano de didática, ou seja, o modo como trabalhar com os alunos em sala de aula. Segundo Saviani (2009):

A partir do decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, que deu organização definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Sendo esta instituição considerada referência para as demais escolas de nível superior, o paradigma resultante do decreto-lei n. 1.190 se estendeu para todo o país, compondo o modelo que ficou conhecido como “esquema 3+1” adotado na organização dos cursos de licenciatura e de Pedagogia. Os primeiros formavam os professores para ministrar as várias disciplinas que compunham os currículos das escolas secundárias; os segundos formavam os professores para exercer a docência nas Escolas Normais. Em ambos os casos vigorava o mesmo esquema: três anos para o estudo das disciplinas específicas, vale dizer, os conteúdos cognitivos ou “os cursos de matérias”, na expressão de Anísio Teixeira, e um ano para a formação didática (SAVIANI, 2009, p. 146).

Este decreto aprovado em 1939, determina como deveria ser realizado a formação de professores no Brasil, o esquema 3+1 destacado refere-se a instrução com três anos de disciplinas específicas da área estudada como por exemplo a pedagogia com a história da educação, psicologia da educação, sociologia entre outros. Fora estes três anos citados, o aluno deveria fazer mais um com as disciplinas de didática que era a formação para se saber dar aula.

Em 1971, é reformulada a segunda LDB de 5.692/71 que caracteriza o curso de formação de professores e especialistas. Segundo esta Lei, a formação de professores se define no capítulo V, Art. 29 define-se como:

A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos (BRASIL, 1971).

Neste mesmo período marca-se também a formação de professores por magistério, este mesmo habilita-se os professores nesta ocasião em duas modalidades, sendo uma de formação básica do curso com duração de três anos, com as respectivas 2.200 horas formando para dar aula até a 4º série. A outra modalidade possuía a duração de 4 anos, com 2.900 horas podendo atuar até 6º série do 1º grau. Esta formação é definida na LDB de 5.692/71, no Art. 30 como:

- a) no ensino de 1º grau, da 1º à 4º séries, habilitação específica de 2º grau, realizada no mínimo em três séries;
- b) no ensino de 1º grau, da 1º à 8º séries, habilitação específica de grau superior, representada por licenciatura de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica de nível superior, correspondente à licenciatura plena” (BRASIL, 1971).

A nova LDB 9.394/96 modificou algumas considerações sobre a formação docente. Nesta etapa da história da educação Brasileira, pensava-se habilitar os profissionais para com o trabalho nos anos iniciais, nível médio, nível superior e com as iniciativas públicas. A LDB destaca que este educador seja instruído da seguinte maneira:

- Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
- I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
  - II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
  - III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;
  - IV – Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36; e
  - V – Profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1996, p.41-42)

Aconteceram tentativas de procurar suprir os problemas existentes na formação de professores não foi suprimido na LDB 9.394/96, apresenta-se ao longo da história um significativo avanço, porém ainda não está em um resultado satisfatório, necessita por partes dos profissionais, reivindicações para melhoria em todos os níveis da educação para que estes possam contribuir para uma formação de qualidade dos indivíduos.

### 3. 1 HISTÓRIA DA PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO BRASIL

Com o fim do império, iniciaram os primeiros debates sobre a questão da construção de um sistema nacional de ensino. Este período gerou a tendência de considerar a escola como a solução para os problemas emergentes da sociedade. Foi então, em 1890, no estado de São Paulo iniciou-se a reforma educacional, dando um passo para a inserção do ensino gerado na escola normal. A intenção era a formação de professores para a instrução da escola primária.

Para que a implantação dos grupos escolares acontecesse, houve a união das várias classes comandadas por diferentes professores com um objetivo em comum, alavancar um elemento importante que foi a iniciativa de construção dos prédios para alojar estes grupos. Destaca-se neste período a organização pedagógica da escola elementar, que resultaram nos quatros primeiras séries do ensino fundamental que é vigente na atualidade.

A educação não era de carácter para abranger a todos, conforme relata Saviani (2004) a organização da escola primária em relação aos grupos escolares, fez com que houvesse a divisão dos alunos em classe de acordo com o nível de aprendizagem, a finalidade real da escola era eficiência com a formação e seleção das elites, ou seja, a educação das classes populares não era um objetivo, só começaram a ser inserida no cenário educacional paulista em 1920.

Mediante a regulamentação sobre da criação do curso de pedagogia em 1939, através da publicação do decreto de lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939, esta mesma reorganização a faculdade nacional de filosofia, ciências, letras, dividindo a mesma em quatro seções como: filosofia, ciências, letras e pedagogia. Estes distribuíram os cursos regulares, conforme relata Saviani 2004:

Pelo decreto nº 1.1190 de abril de 1939, a faculdade nacional de filosofia estruturada em quatro seções: filosofia, ciência, letras e pedagogia acrescentando, ainda a de didática, considerando como “seção especial”. Enquanto as seções de filosofia, ciência e letras albergavam, cada uma, diferentes cursos, a de pedagogia, assim como a seção especial de didático, era constituído de apenas um curso cujo nome era idêntico ao da seção. Esta ai a origem do curso de pedagogia (SAVIANI, 2004, p. 5).

Esta reorganização da faculdade nacional de filosofia, ciências e letras determinava a formação de professores para o labor em universidades e a educação do magistério com as crianças. Também fazia parte da proposta do curso de pedagogia, a intenção em formar os acadêmicos em técnicos de educação, sendo que estes precisavam aprender as formas de ensinar para o exercício das atividades de educação básica e técnica.

Neste mesmo período a graduação de pedagogia visava uma dupla formação, ou seja, formar bacharelados e licenciados para as áreas como o setor pedagógico por exemplo, a duração, sendo que os bacharéis teriam duração do curso com três anos, adicionava-se mais um ano do curso de didática para formar os licenciados. Deste modo, ficou conhecido o chamado esquema “3+1”. A estrutura curricular deste curso está prescrita no Art.19 do decreto 1.190/39 as disciplinas para formar bacharéis determinavam-se cinco para cada de 1° á 3° séries, define-se então como:

Complementos de matemática; História da filosofia; Sociologia; Fundamentos biológicos da educação; Psicologia educacional; Estatística educacional; História da educação; Fundamentos sociológicos da educação; Psicologia educacional; Administração escolar; História da educação; Psicologia educacional; Administração escolar; Educação comparada; Filosofia da educação (BRASIL, 1939).

Outra característica importante da graduação de pedagogia neste decreto, era que para se conseguir o diploma de licenciado, necessitava-se cursar mais um ano de didática para concluir e conseguir com êxito a formação. Em relação a organização do curso de didática no decreto 1.190/39, o Art. 20 prescreve como era as disciplinas:1. Didática geral, 2. Didática especial, 3. Psicologia educacional, 4. Administração escolar, 5. Fundamentos biológicos da educação, 6. Fundamentos sociológicos da educação.

De início o curso de pedagogia não tinha como proposta formar professores para o ensino primário era constituído de quatro anos fazendo parte do antigo primeiro grau, isto ocorreu na década de 1940, no governo de Vargas atrelava-se para a formação de bacharéis e licenciados, gerou-se resultados então para os trabalhos em funções de administrativas, supervisão e avaliação tanto no Ministério da Educação e Cultura - MEC, atuando também nas escolas normais como professor.

Com a publicação do parecer CFE de 251/69 por Valnir Chagas, houve-se então a modificação no currículo de atuação e habilidades dos futuros pedagogos. Este parecer é elaborado através LDB de 1961, coloca-se no Art. 70 desta lei a formação destes profissionais: “O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação”.

Em 1962 é promulgado um novo parecer sendo ele 292/62, na qual acrescentou-se disciplinas pedagógicas ao curso de licenciatura. Nesta ocasião incluiu-se a disciplina de didática como prática de ensino, mais conhecida como estágio supervisionado, outras duas

disciplinas adicionadas foram a psicologia da educação e os elementos da administração escolar.

No parecer de 11 de abril e a resolução nº 2, foram determinados ao curso de pedagogia a duração e o currículo do mesmo. Este currículo poderia ser dividido em duas partes: uma comum para a base do curso e a outra diversificada, no parágrafo 3º do parecer são colocadas estas condições. De acordo com Ana 2017, era estabelecido da seguinte maneira:

Art. 2.º - O Currículo mínimo do curso de Pedagogia compreenderá uma parte comum a todas as modalidades de habilitação e outra diversificada em função de habilitações específicas.

§ 3.º - A parte diversificada compreenderá, segundo a modalidade de habilitação específica e conforme as possibilidades de cada Instituição, duas ou mais dentre as seguintes matérias e atividades (ANA, 2017, p. 9).

Este parecer permaneceu em vigência por três décadas, até ser promulgado a LDB 9.394/96. A busca por uma identidade do curso de pedagogia, fizeram com que se houve manifestos antes mesmo da LDB ser aprovada. Abria-se um leque de possibilidades e a instrução do pedagogo para atuação na educação básica. Conforme prescrito nos Art. 62 e 63 desta Lei, define-se:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Em 2006, foi publicado as diretrizes curriculares do curso de pedagogia pela resolução do conselho nacional de educação de 15 de maio de 2006, este expõe a ideia de uma nova configuração para o curso de pedagogia com uma estrutura curricular que seja capaz de formar o profissional para os anos iniciais da educação básica, no Art.4º o curso de pedagogia define-se:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p.2).

Esta resolução, visa também que o curso de pedagogia pode ser definido da seguinte maneira, quanto a carga horária de 3.200 horas divididas entre estudos em sala de aula e os estágios. O art. 7 dar-se está distribuição como: O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

- I - 2.800 Horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;
- II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;
- III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria (BRASIL, 2006, p.4).

Ao longo da trajetória histórica da pedagogia, notamos que o curso passou por diversas etapas, sendo que muitas delas não mostravam sua verdadeira identidade e trabalho. Percebemos que o acadêmico necessita entender o seu papel político e social na sociedade, buscando uma formação consistente e integral nas diferentes esferas sociais. Para muitos o pedagogo é visto como um professor habilitado para o trabalho somente nos ambientes escolares com as crianças, nos processos educacionais da escola. Entretanto, o mesmo compõe-se de campos de atuação fora dos ambientes escolares como nos hospitais, empresas, ONGs e casa domiciliar. Percebe-se que este profissional, possui vários locais de atuação e que possa colocar em prática suas habilidades.

A preocupação com a formação deste profissional teve início na década em 1980. Neste período iniciava um debate em âmbito nacional sobre formação dos pedagogos e professores. Um dos marcos histórico para a reformulação dos cursos para estes educadores foi a, I Conferência Brasileira de Educação realizada na cidade de São Paulo. Procurando completar as necessidades educacionais vivenciadas nos momentos históricos da educação, o pedagogo transformou-se em um profissional apontado na LDB 9.394/96 como:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, p. 43).

O ministério da Educação em 2001, juntamente com um comitê de especialista do ensino de pedagogia, estabeleceu como proposta as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação dos profissionais da educação, abrangendo também o pedagogo. Neste

documento ficou traçado o perfil do pedagogo da época. Segundo esta legislação de (2001) o pedagogo é habilitado para atuar na educação, organização e na gestão de sistema com as unidades e projetos educacionais que proporcione a difusão do conhecimento em várias áreas da educação, tendo à docência com base de obrigação na sua instrução e identidade profissional.

As iniciativas para buscar respostas quanto a identidade do pedagogo, faz com que apareça questionamentos da área na qual este profissional faz docência, declara Libâneo (2010) que o pedagogo se define como professor qualificado para trabalhar em vários campos da educação e atender os mais diversos campos socioeducativos do tipo formal e informal resultado das novas realidades e tecnologias, fazendo presença nos meios de comunicação e informação, abrangendo para áreas não escolares e também a gestão, coordenação pedagógica escolar entre outros espaços.

Pode-se perceber que o pedagogo se prepara para trabalhar de modo geral tanto com a prática educativa e pedagógica como com o público infantil, jovem ou adulto. Durante a graduação, este profissional é instruído para desenvolver outras habilidades além destas já citadas anteriormente, sendo elas estão: gestão, docência e a pesquisa científica. Em relação a estas características, o pedagogo possui um perfil no qual o parecer n° 5 de 13 de dezembro de 2005 define: Docência, Gestão educacional e Produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Quanto à formação do pedagogo, refere-se da mesma nas diretrizes curriculares para o curso de pedagogia, aprovada pela resolução CNE-CP n° 1 de 15 de maio de 2006, afirma no parágrafo 2° a formação deste licenciado com a legislação para a graduação de pedagogia, aplicando-se a formação inicial para o exercício dos trabalhos na educação infantil, de 1° a 5° ano do ensino fundamental, no ensino médio, na modalidade normal e nos cursos de educação profissional abrangendo a área de serviço e apoio escolar.

Ressalta-se sobre a preocupação com o curso de pedagogia e a formação do pedagogo como um profissional que seja crítico e reflexivo com os trabalhos a serem desenvolvidos, destaca-se também que este educador possa ser um investigador educacional, declara Franco (2008) que “o pedagogo constituirá de capacidades de intervir na teoria pedagógica e costumes da educação, deverá comprometer-se com o desenvolvimento do projeto político pedagógico, direcionado para autonomia dos sujeitos na procura de novas e significativas relações”.

Segundo Pimenta (2011) os espaços educativos do pedagogo são amplos e alcança diversas áreas como trabalho, família, escola, política entre outros. Esta obvio que o ser humano

precisa ser inserido no meio social e cultural, necessita-se também de passar pelo processo educativo. Evidencia que a prática pedagógica deixa de ser apenas à docência escolar.

Os campos fora do ambiente escolar como o hospital, o pedagogo atua com as suas práticas para o atendimento de crianças internadas com diferentes enfermidades. As habilidades desenvolvidas por este instrutor, são caracterizadas por Lima e Júnior (2016) este profissional hospitalar necessita trabalhar em três vertentes procurando envolver o indivíduo hospitalizado até o fim de sua internação para que não aconteça o rompimento total da instituição escolar na qual a criança estava inserida.

Ainda falando da atuação do pedagogo fora do ambiente escolar, citamos o trabalho deste como educador nas prisões. Este trabalho é assegurado pelo decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011, que determina as diretrizes para a educação prisional, define-se a seguir no Art. 3º:

- I - Promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação;
- II - Integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal; e
- III - fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe (BRASIL, 2011).

O processo pedagógico está ligado a uma cultura escolar em que o trabalho do pedagogo no contexto escolar, coloca em práticas ações de mediar as rotinas de planejamento, execução e avaliação de projetos, oriundo das atividades institucionais dos conteúdos, objetivos e avaliações de todas as atividades. Segundo Franco (2008) “A prática do magistério produz saberes epistemológicos que se faz pelo exercício dos costumes permeados por teorias que fundamenta o crítico reflexivo de tais práticas”.

Este profissional nos dias de hoje necessita ser capaz de planejar, pensar e executar ações que proporcionem aos alunos a condição de desenvolver diferentes capacidades de modo integral. Compreende-se também que a formação inicial e continuada seja um dos caminhos para o aperfeiçoamento deste pedagogo.

### **3.2 ATRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NO EJA E O PERFIL DESTE EDUCANDO**

As ações do pedagogo no EJA, precisa assumir um compromisso técnico e político com relação aos alunos desta modalidade. Muitos destes educandos vivem marginalizados pelos sistemas de ensino. Este profissional é importante para unir as práticas escolares e também ser

o mediador que vai propiciar uma transformação da sociedade. Segundo Silva; Queiroz; Monteiro (2015) O profissional da EJA precisa redirecionar visões e conceitos em sua organização pedagógica, considerando as especificidades desta modalidade de ensino. Sendo assim, o professor da EJA deve sugerir um ensino que anseie resgatar a cidadania do aluno, bem como sua autoestima e também incentivar a participação do mesmo na sociedade, partindo de ideias que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo, considerado as habilidades e experiências já imposta neste sujeito

O perfil do aluno do EJA não é qualquer jovem ou adulto, e sim são jovens e adultos com todo um caminho de vida já percorrido, sendo ele em locais como o campo ou cidade, de fato uma boa parte destes indivíduos vem das periferias. Normalmente durante a graduação de pedagogia, não são ensinados aos acadêmicos, o modo de vida e o conhecimento dos alunos do EJA. Um dos aspectos negativos do currículo para a formação do pedagogo, é que a grade curricular deste, requer mais carga horária para os estudos de conteúdos e métodos do que a história do jovem, adulto, criança e adolescente.

Este instrutor ao adentrar nesta modalidade de ensino, encontra inúmeras diversidades em que se requer por parte deste profissional desenvolver metodologias de aprendizagem diferenciadas por conta deste público. Segundo Gadotti (2011) os conteúdos a serem ministrados precisam ser da realidade dos alunos, não estranho ao cotidiano dos mesmos.

Este educador de jovens, adultos e idosos se depara com uma série de questionamentos sobre as práticas educativas de como garantir o desenvolvimento de conhecimento e cultura dos educandos. Outro ponto importante que destacamos é o perfil do aluno desta educação, sobre este carácter Arroyo (2011) define que os olhares que se tem sobre estes jovens e adultos é que estes são privados do seu patrimônio cultural que a escola deveria garantir. Muitos estão à margem deste direito, pelo fato das taxas de analfabetismo estar elevadas com os indicadores longe da garantia do direito universal de uma educação para todos.

Diante deste quadro, encontramos outra realidade para a educação desta modalidade de ensino, a formação dos educadores, incluindo o pedagogo requer-se ainda de recursos didáticos principalmente de metodologias para atender os educandos desta educação. Novamente Arroyo (2011), coloca seu posicionamento sobre este fato, que em outra instancias, encontra-se na sociedade marcos de preocupação com os jovens e adultos assegurados na educação básica. Há organizações como instituições religiosas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, MST que desenvolvem propostas voltadas para a educação de jovens e adultos.

O educador do EJA necessita ter uma visão de transformação para os jovens e adultos que trazem com sigio uma experiência de vida, este profissional necessita adequar se quanto a

esta leitura de mundo, ao aplicar as suas metodologias com os alunos desta educação. Freire (1997) buscar conhecer a realidade na qual vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos coloca, isto resulta no modo como estes educandos pensam sobre determinadas situações, muito raro conseguimos perceber o que sabem e o que não sabem e como sabem.

Portanto pensar na formação do educador do EJA, quanto a sua prática docente, nos faz lembrar que existe mecanismo como a formação continuada nas instituições de ensino conveniada pelo ministério da educação, os cursos de pós-graduação pode ser também uma forma de aprimorar este profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho notamos que o pedagogo na educação de jovens e adultos, desempenha um papel importante para que o educando desta modalidade desenvolva a criticidade e que este mesmo possa ser um cidadão participativo na sociedade na qual está inserida. Deste modo, percebemos ainda que a aprendizagem do aluno do EJA, deve acontecer com conteúdo e metodologias do cotidiano destes.

Notamos que a educação de jovens e adultos em seu contexto histórico passou por avanços e retrocessos nos quais fizeram com que chegasse a ser este ensino que é seguido nos dias atuais. Sabe-se ainda que esta modalidade necessita ainda melhorar para que possa alcançar outras pessoas, faz-se importante que os governantes, gestores, professores entre demais segmentos envolvidos com a EJA dê a verdadeira importância e preocupação

Sendo assim procuramos ao longo deste trabalho investigar o papel do pedagogo na modalidade EJA, observamos as contribuições que este profissional pode estar passando para o educando desta modalidade através de conteúdos que sejam do cotidiano, buscando sempre respeitar o tempo de aprendizagem do aluno, cooperando para o desenvolvimento do ensino deste mesmo.

Desta maneira compreende-se ainda nas bibliografias o perfil do aluno do EJA e analisamos que estes estudantes na maioria dos casos são trabalhadores que não tiveram oportunidades de concluir os estudos no tempo determinado pela legislação. Sendo assim procuram a educação de jovens e adultos para finalizar os estudos e buscar uma melhoria na qualidade de vida através do ensino.

Identificamos ainda que o pedagogo assim como outro profissional, pode encontrar desafios ao longo da sua carreira, destacamos neste trabalho o desafio de se trabalhar com o público do EJA. Sendo que na maioria das vezes, este instrutor não está totalmente qualificado para desenvolver as atividades e ser o mediador no processo de aprendizagem dos alunos, desta modalidade de ensino.

Por fim, necessita haver um diálogo entre o estudando do EJA e o educador esta modalidade, o pedagogo precisa estar em constante atenção para atender as especificidades dos alunos, sendo que muitos deles já trazem com seu histórico de vida, dificuldades que precisam ser trabalhadas para que aconteça um melhor desenvolvimento deste educando.

## REFERÊNCIAS

ANA, Wallace Pereira Sant. **Desdobramentos históricos do curso de pedagogia no Brasil: Da criação à construção da identidade do pedagogo**. Pires do Rio-Goiás, v.12.2017.

Disponível em < <http://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/download/6795/5175>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ARROYO, Miguel González. **Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e de responsabilidades públicas**. In: SOARES, Leôncio. Et. Al. (Orgs) Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Bittar, Marisa. **História da educação: da antiguidade à época contemporânea**. São Carlos-SP, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < <http://www.stf.jus.br>>. Acesso: em 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia. Proposta de Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia**. Brasília, DF: MEC/SESu, 1999. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 nov. 2011. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 out.2018.

\_\_\_\_\_. **CNE -Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**, 2006. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n° 1.190, de 4 de abril de 1939- Organização da faculdade nacional de Filosofia**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 5. 692, de 11 de agosto de 1971. –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 5 de 13 de dezembro de 2005.** Disponível em<<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEB nº:11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em< <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **PNE- Plano nacional de Educação. (2001-2010).** Disponível em<<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 25 set. 2018.

\_\_\_\_\_.**PNE- Plano nacional de educação (2014-2024).** Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em: 18 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado.** Brasília, 2011. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2018.

CONZATTI, Fernanda de Brito Kulmann; DAVOGLIO Tércia Regina. **Educação de jovens e adultos: Trajetória e desafios para uma educação de qualidade.** Vol.2.2015. Disponível em<<http://revista.srvroot.com>>. Acesso em: 01 set. 2018.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. **V Conferência Interacional sobre Educação de Adultos – V CONFITEA – Alemanha, julho de 1997.** Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 30 set. 2018.

DIAS, Paulo Henrique Alves. **Aprendendo a história na educação de jovens, adultos e idosos: a utilização do blog como recurso pedagógico.** Brasília, 2015. Disponível em< <http://bdm.unb.br>>. Acesso em: 16 set. 2018.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 2.ed. São Paulo: Paz e terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Professora Sim, tia não.** São Paulo: Olho d' água, 1997. Disponível em< <http://forumeja.org.br>>. Acesso em: 23 set. 2018.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José, (org.), **Educação de Jovens e Adultos, teoria pratica e propostas,** Ed. Cortez – São Paulo, 2011.

HADDAD, Sérgio; DI Pierro Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. São Paulo, 2000. Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 07 set. 2018.

JUNIOR, Mauro Roque de Sousa. **A Fundação Educar e a Extinção das Campanhas de Alfabetização de Adultos no Brasil**, 2012. Disponível em <<http://www.ppfh.com.br>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, Jacqueline Tomen; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **O pedagogo como mediador da prática docente na educação de jovens e adultos**. 2012. Disponível em< <http://www.ppe.uem.br>>. Acesso em: 27 out. 2018.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da eja na década de 90**. Fórum eja. 1997. Disponível em <<http://forumeja.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2018.

OHUSCHI; Márcia, Cristina Grego. VICENTINI; Dalva, Linda. **Teoria e prática na educação de jovens e adultos**. Maringá - PR, 2011.

OLIVEIRA, Kátia Alves; MARQUES, Nara Letícia Pereira; LIMA, Michele De Castro. **A trajetória da escola normal**. Revista brasileira de educação. 2015. Disponível em <<https://ifgoiano.edu.br>>. Acesso em: 17 out. 2018.

PIERRO, Maria, Clara di; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera, Lucia, Massagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cad. CEDES, vol.21 no. 5,5 Campinas Nov. 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. Org. **Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e perspectivas**. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4 de 13 de julho de 2010 Diretrizes curriculares para a educação básica**. Disponível em< <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2018.

**RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SANTANA, Daniela Cordeiro dos Santos; SANTOS, Francisca Maria de Sousa. **EJA: Breve análise da trajetória e tendências de formação do educador**. Disponível em <<http://editorarealize.com.br>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em< <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Formação de professores no Brasil: Dilemas e perspectivas**. V.9. N.1, Jan/ 2011. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br>>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: Perspectiva Histórica**. Paidéia, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SCOCUGLIA, Afonso Celso Cordeiro. **Alfabetização, política e religião: Caso cruzada de ação básica**. Disponível em< <http://25reuniao.anped.org.br>>. Acesso em: 29 set. 2018.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição. **Marquês de pombal**. Disponível em <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SIÉCOLA, Marcia. **Políticas públicas em educação**. 1. ed. - Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2016.

SILVA, Adelson Ferreira Da et al. **Educação de jovens e adultos**. ILIÉUS, 2012. 156 p. v. 3. Disponível em<<http://nead.uesc.br>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SILVA, Simone Pereira; QUEIROZ, Adriana Matias; MONTEIRO, Vitória Barreto. **O papel dos professores da EJA**. V encontro de iniciação e docência da UEPB. 2015. Disponível em <<https://editorarealize.com.br>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SOARES, Leôncio. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. / Org. Leôncio Soares. Belo Horizonte: Autêntica / SECAD – MEC / UNESCO, 2006. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 24 set. 2018.

TANURI, Leonor Maria. **História da Formação de professores**. Revista brasileira de educação. Mai/2000. Disponível em< <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 out. 2018.

UNESCO. **Declaração de Jontiem: Declaração mundial sobre educação para todos**,1990. Disponível em< <http://www.abres.org.br>>. Acesso em: 25 set. 2018.